



<b>Processo nº</b>	19613.727876/2021-50
<b>Recurso</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>1302-007.023 – 1ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	12 de março de 2024
<b>Recorrente</b>	ORBITA ELETRICIDADE MONTAGEM DE PAINEIS E AUTOMACAO EIRELI
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

### **ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

Ano-calendário: 2020

COMPENSAÇÃO NÃO-HOMOLOGADA. FALSIDADE. ADMINISTRADOR. RESPONSABILIZAÇÃO POR ATOS PRATICADOS COM INFRAÇÃO À LEI. POSSIBILIDADE.

A responsabilidade prevista no art. 135, III, do CTN reclama, no caso de falsidade em DCOMP não homologada, a presença de dois requisitos: a) que a pessoa responsabilizada se qualifique como diretor, gerente ou representante da empresa contribuinte ao tempo da apresentação das DCOMP não homologadas; e b) que os créditos indevidamente compensados decorram de atos praticados pelo administrador com excesso de poder ou infração à lei, contrato social ou estatutos.

**IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA A TERCEIRAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS.**

Ocorrendo atuação conjunta de diversas pessoas relacionadas a ato, a fato ou a negócio jurídico vinculado a um dos aspectos da regra-matriz de incidência tributária (principalmente mediante atuação ilícita), está presente o interesse comum a ensejar a responsabilização tributária solidária, nos termos do art. 124, I do CTN.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento aos recursos voluntários, nos termos do relatório e voto da relatora.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Henrique Silva Figueiredo - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Maria Angélica Echer Ferreira Feijó - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Wilson Kazumi Nakayama, Maria Angelica Echer Ferreira Feijo, Marcelo Oliveira, Savio Salomao de Almeida Nobrega, Miriam Costa Faccin (suplente convocada), Paulo Henrique Silva Figueiredo (Presidente).

## Relatório

Estamos diante de caso que trata da aplicação de **multa isolada qualificada por falsidade de declaração em DCOMPs**.

Segundo o TVF, a Recorrente transmitiu eletronicamente DCOMPs, que indicavam suposto crédito de IRRF-Cooperativa apurado para 2018. Após a intimação para esclarecimentos, atravessou pedido de cancelamento de quase todas as DComps alegando ter ocorrido erro de fato no preenchimento e envio do documento. Assim, a Autoridade Fiscalizadora entendeu que o crédito indicado nunca existiu, pois não houve resposta adequada à intimação, além de proceder ao respectivo cancelamento das DCOMPs na tentativa de estancar o procedimento fiscal já iniciado.

Por se compreender que teria ocorrido fraude, conforme preceitua o art. 72 da Lei nº 4.502/64, em razão da inserção de elementos inverídicos na declaração para evitar a cobrança de débitos confessados, foi aplicada a multa prevista no art. 18, §2º da Lei nº 10.833/03, sobre a parcela não homologada da compensação declarada, conforme legislação de regência à época da transmissão das DCOMPs (março, maio, junho, julho e agosto/2020). Considerando tais ilícitos, foi atribuída responsabilidade solidária pelo art. 135, III, do CTN o Sr. Francisco de Assis Júnior, titular da Órbita, Sr. Carlos Roberto dos Santos Souza, detentor da procuração com poderes para transmissão; e, pelo art. 124, I, ADOT BUSINESS CONSULTING EIRELI, André Luiz Ferraz de Oliveira e Antônio Carlos da Silva – os quais teriam sido responsáveis pela apresentação de 54 PER/DCOMP, e que havia sido contratado pela Órbita com a finalidade de diminuir sua carga tributária, podendo compensar tributos.

Na época foram apresentadas impugnações pela Órbita (sujeito passivo), e pelos responsáveis: Sr. Carlos, ADOT, Sr. André e Sr. Antônio. O Sr. Francisco teve a sua **revelia** verificada e declarada em razão de não contestar seu vínculo. Assim, considerou-se definitiva a responsabilidade a ele atribuída.

O Acórdão Recorrido julgou todas as impugnações improcedentes, mantendo-se na integralidade o crédito tributário exigido, assim como os vínculos com os solidários. Em síntese, os argumentos trazidos pelas Impugnantes em sede de contestação não foram capazes de elidir a constatação do fato principal dos autos, que dizia respeito ao processamento de declarações falsas, ou da ausência da responsabilidade dos solidários.

Foram apresentados Recursos Voluntários por **Adot** e o **Sr. André**, reiterados dentro destes autos. O principal argumento de defesa está centrado no fato de que não teria ocorrido interesse comum (art. 124, I do CTN), pois não havia contratação entre as sujeito passivo e Recorrentes, nem com a empresa DEMARCCHI, que realizou as declarações de compensação. O Sr. **Carlos** apresentou interpelação extrajudicial e Recurso Voluntário. Sua principal linha de argumentação está contida no fato de que ele não estaria envolvido nos atos fraudulentos e que seus argumentos de defesa não teriam sido levados em conta. O **Sr.**

**Francisco** não apresentou recurso, conforme termo de **revelia**, e igualmente **Orbita** e **Sr. Antonio**, conforme termos de **perempção**.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Maria Angélica Echer Ferreira Feijó, Relatora.

### I – Tempestividade

Os Recursos Voluntários da Adot e o Sr. André (fls. 432-453) foram apresentados em 15/09/2022, com novo protocolo em 19/09/2022, sendo que intimação do Sr. André em 01/09/2022 (fl. 422) via AR e da Adot via AR139402705PO, cuja data está ilegível e o rastreio não foi possível de ser realizado via site Correios (“objeto não encontrado na base de dados”). Assim, considerando que em preliminar de Recurso Voluntário é alegada a intimação em 26/08/2022, por falta de provas contrárias acato tal data como termo inicial de intimação. Assim, conheço dos Recursos Voluntários.

O Sr. Carlos foi intimado em 24/11/2022 (fls. 423) via edital e apresentou Recurso Voluntário em 26/12/2022. Assim, também conheço da sua tempestividade.

### II – Do Recurso Voluntário de Adot e Sr. André

A responsabilização da Adot e do Sr. André está fundamentada no **art. 124, I, do CTN**. O principal argumento de defesa desses solidários está sintetizado nos seguintes parágrafos (fls. 435 e 441):

“Note-se que a imputação da responsabilidade se deu com base no item 13 do Parecer Normativo Cosit nº 4/2018, que se refere à consulta sobre o “interesse comum” do art. 124, I, do CTN, e, sob o argumento de um suposto e inexistente **“interesse financeiro”** das pessoas físicas indicadas: Antônio Carlos da Silva; André Luiz Ferraz de Oliveira, e da empresa ADOT, foi-lhes imputada a responsabilidade solidária.

(...)

Dentro dessa argumentação, narra o Termo de Imposição, que os RECORRENTES teria sido contratados, segundo imagem parcial de um contrato inserido no documento (**sem assinatura**), e que, com base em um suposto e inexistente **mandato tácito, presumido, teria agido no sentido de realizar as Declarações de Compensação**, tidas como ilícitas e fraudulentas.”

Importante lembrarmos que o Termo de Imputação de Responsabilidade Solidária (fls. 248-258) veio à tona após o sujeito passivo alegar em Impugnação que outras pessoas estavam envolvidas no esquema de assessoramento tributário em que se indicam créditos falsos para burlar o sistema arrecadatório federal. Os elementos de prova trazidos para indicar a relação entre os partícipes é apenas refutado por meio de argumentos pelas Recorrentes, que não trouxeram aos autos provas capazes de elidir o que lhe fora atribuído.

O contrato, ainda que não assinado, está juntado às fls. 170-173, com uma sequência de e-mails que demonstram que houve negociação entre as partes, e indica a contratação dos serviços:

Fl. 173

**TESTEMUNHAS:**

---

Antonio Carlos da Silva  
RG: 14.474.308-5  
CPF/MF: 516.979.986-15

Fl. 176:

**Vanessa Goncalves**

---

**De:** Antonio Carlos <objetivacon@gmail.com>  
**Enviado em:** segunda-feira, 16 de março de 2020 11:51  
**Para:** Francisco Assis Jr; Vanessa Goncalves  
**Assunto:** CERTIFICADO DIGITAL - ÓRBITA ELETRICIDADE

Prezados,

Favor enviar o Certificado atual da empresa Órbita Eletricidade.

No aguardo.

*Atenciosamente,*

*Antônio Carlos.*

Fl. 177

**fernando@fmsadvogados.com.br**

---

**De:** Antonio Carlos <objetivacon@gmail.com>  
**Enviado em:** segunda-feira, 17 de dezembro de 2018 14:10  
**Para:** Vanessa Goncalves  
**Cc:** Antônio Carlos; Francisco Assis Jr  
**Assunto:** Re: mensagem e-cac.

Prezados,

A Receita está simplesmente cobrando um valor que segundo ela está ainda em aberto, ocorre que a procuraõ solicitada foi justamente para que se fizesse os devidos procedimentos, lembrando que os débitos "abertos" e agora liberados pelos fiscais vai fazer com que todos os demais apareçam em aberto até termos o deferimento que Adot solicitou via Brasília, por isso foi dado entrada pessoalmente (o que poderia ser feito eletronicamente) justamente para acelerar o processo.

Dentro em breve estas INTIMAÇÕES não mais ocorrerão.

Poderei ir pessoalmente amanhã tirar quaisquer dúvidas que tiverem e poder tranquilizá-los.

*Atenciosamente,*

*Antônio Carlos.*

Fl. 180:

De: Antonio Carlos <[objetivacon@gmail.com](mailto:objetivacon@gmail.com)>  
Enviada em: terça-feira, 22 de janeiro de 2019 12:59  
Para: Francisco Assis Jr <[francisco@orbitaelectricidade.com.br](mailto:francisco@orbitaelectricidade.com.br)>; Vanessa Goncalves <[vanessa@orbitaelectricidade.com.br](mailto:vanessa@orbitaelectricidade.com.br)>  
Assunto: DOCUMENTOS PARA SEREM ASSINADOS

Prezados,

André pediu para que lhes enviasse os documentos em anexo, deverão ser assinados em duas vias com firma reconhecida, me qualifiquei como uma das testemunhas e a outra pode ser a Vanessa ou outra pessoa que venham a definir, bastando preencher o nome e os dados documentais.

Atenciosamente,

Antônio Carlos.

Considerando que não foram trazidos elementos aos autos capazes de afastar as provas de prestação de serviços pela Adot, Sr. André e Sr. Antônio e da sua relação com a submissão de dezenas de DCOMPs com informações falsas, não há como reformar a decisão *a quo*.

O *interesse comum*, nos termos do art. 124, I, CTN, cuja interpretação é corroborada pelo Parecer Normativo Cosit/RFB nº 04/2018, nos indica que não é apenas um vínculo jurídico que atrai a responsabilidade, mas sim um vínculo ligado ao fato gerador. Conforme item 13 do Parecer:

“É responsável solidário tanto quem atua de forma direta, realizando individual ou conjuntamente com outras pessoas atos que resultam na situação que constitui o fato gerador, como o que esteja em relação ativa com o ato, fato ou negócio que deu origem ao fato jurídico tributário mediante cometimento de atos ilícitos que o manipularam. Mesmo nesta última hipótese está configurada a situação que constitui o fato gerador, ainda que de forma indireta.

Considerando que há nos autos elementos inequívocos da prestação de serviços da Adot à Órbita, cujo objetivo contratual (ainda que não assinado formalmente, mas de fato contratado) consistia expressamente (e com negrito original) em “**estruturação da diminuição de sua carga tributária**” (fl. 170) e que os honorários pactuados seriam pagos **até 24 horas** da comprovação da realização das declarações de compensação (fl. 171), entendo que havia interesse comum e direto dos Recorrentes no fato gerador.

O contexto de que, a apresentação de DCOMP com informação falsa – ainda que por empresa subcontratada para serviço de contabilidade para a Adot nesse serviço maior de “consultoria” – que lhe gerava o pagamento de honorários, não deixa outra conclusão se não entender pelo seu interesse comum no fato gerador.

Assim, entendo que deve ser negado provimento ao Recurso Voluntário de Adot e Sr. André.

### III – Do Recurso Voluntário do Sr. Carlos

A responsabilização do Sr. Carlos está fundamentada no **art. 135, II, do CTN**. O seu principal argumento de defesa está sintetizado no seguinte parágrafo (fl. 489):

“A r.decisão recorrida registrou que a empresa contribuinte autuada ORBITA, foi representada por uma procuradora DEMARCCCHI, cujo responsável legal, PAULO LIMA, apresentaria um perfil incompatível com a condição de empresário. A partir

disso, conclui com base em nomes de empresas similares e endereços semelhantes, que o ora recorrente seria o “verdadeiro” procurador. E mesmo sem prova de que a Declaração de Compensação falsa partiu de sua autoria, aplicou-lhe a multa penal qualificada. Porém, não andou bem a r.decisão nesse particular, pois os poderes da fiscalização deverão ser exercidos com fulcro nos princípios constitucionais administrativos (art. 37 da CF/88), bem como no princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV da CF/88) e no princípio da razoabilidade, que é corolário do devido processo legal em seu aspecto material. E a respeito de tais critérios jurídicos, nada há nos autos. São apontados somente *fatos*, mas nenhuma subsunção a norma jurídica da conduta do ora recorrente é feita nos fundamentos da r.decisão ora recorrida.”

Novamente, as razões recursais trazem apenas argumentos sem prova para tentar elidir os elementos levantados e verificados no âmbito do TVF, e confirmados no Acórdão Recorrido, sobre o responsabilidade xxx com o fato gerador. Os mesmos argumentos são trazidos tanto para fundamentar que a autuação padeceria de nulidade, quanto para atacar o mérito. Assim, por economia processual, analiso tais argumentos de forma integral.

As DCOMPs enviadas com informações falsas foram encaminhadas à RFB pelo certificado digital pertencente ao Sr. Paulo Lima de Oliveira, CPF: 139.401.004-47, que seria o titular da empresa DEMARCCHI SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI, CNPJ: 36.444.632/0001-91. Ocorre que a Autoridade Fiscal verificou que o Sr. Paulo não passaria de uma espécie de *laranja* e que a referida empresa seria liderada, na prática pelo Sr. Carlos. No TVF há longa explicação a respeito do que fora verificado pela Autoridade Fiscal, inclusive com busca aos perfis sociais do envolvido:

“27. Continuando as pesquisas, agora no sistema Portal CNIS, tem-se que o Sr. Paulo Lima de Oliveira, CPF: 139.401.004-47, é, na verdade, pessoa muito simples, nascido em abril de 2000 no município de Solanea-PB e que trabalhou como cozinheiro no restaurante Tiziano Cappai (CNPJ: 19.904.866/0001-55), em São Paulo, nos primeiros meses de 2020, com salário mensal correspondente ao mínimo nacional, indo de encontro a qualquer lógica sua efetiva participação na enormidade de casos que surgem Brasil afora.

28. Do sistema VIA, tem-se que o Sr. Paulo Lima de Oliveira é titular de uma pessoa jurídica, a DEMARCCHI SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI, CNPJ: 36.444.632/0001-91. De se notar que se hoje a Demarcchi Soluções Empresariais Eireli tem sua sede na Av. Paulista, 37, Conj. 41, até outubro de 2020 era domiciliada na Av. Moaci 395, Conj. 95, Planalto Paulista, São Paulo-SP. Esse endereço físico é chave para desvendar o esquema aqui tratado, sendo seu porquê pormenorizado mais a frente.

29. O Sr. Paulo Lima de Oliveira teve domicílio tributário, em parte dos anos de 2019 e 2020 - enquanto cozinheiro e receptor de salário mínimo, portanto - na Av. Moaci, 395, Conj. 95 – como dito, endereço cadastral inicial da Demarcchi da qual é titular -, passando a partir de então a residir na Alameda dos Nhambiquaras, 1770, Moema, São Paulo-SP5. Ambos os locais distinguem-se por serem edifícios de padrão elevado, de cunho eminentemente comercial e em bairros nobres da capital paulista.

30. Ou seja, a história de vida do Sr. Paulo não se coaduna com o personagem exteriorizado pelos sistemas cadastrais da RFB.

31. Deveras, o caso que se apresenta no momento é o clássico uso de documentos de terceiros para fins fraudulentos. O certificado fora tirado pelo Sr. Paulo Lima de Oliveira, mas não é ele quem o usa. Nessa linha, ao considerarmos “laranja” o Sr. Paulo Lima de Oliveira, temos que sua pessoa jurídica, Demarcchi Soluções Empresariais Eireli, trata-se, então, de empresa constituída com fraude, por meio de interposta pessoa.

32. Contudo, ao afirmar-se não ser o Sr. Paulo Lima de Oliveira o real proprietário da pessoa jurídica Demarcchi Soluções Empresariais Eireli, uma pergunta exsurge, dessarte: Quem seria o seu real proprietário, que usaria, consequentemente, seu certificado digital nas muitas operações tidas por fraudulentas Brasil afora?

33. Ora, uma busca cadastral nas pessoas físicas e jurídicas domiciliadas nesse endereço da Av. Moaci, 395, 9º andar, retornou a existência de, entre outras que não vem ao caso comentar no bojo desse procedimento, as pessoas físicas CARLOS ROBERTO DEMARCCHI, CPF: 386.090.128-16, e KAREN CRISTINA BARBOSA, CPF: 357.679.598-70, e a jurídica BRASIL BROOKS SOLUTIONS EMPRESARIAL EIRELI, CNPJ: 18.921.203.0001-86, de titularidade do Sr. CARLOS ROBERTO DOS SANTOS SOUSA, CPF: 300.738.888-00.

34. Carlos Roberto Demarcchi seria filho de Leonice Demarcchi (não encontrada nos sistemas cadastrais da RFB) e teria nascido em 01/01/1980.

35. Karen é titular da Karen Cristina Barbosa Eireli, CNPJ: 31.935.358/0001-30, que possui nome da fantasia Instituto de Beleza Demarcchi's Hair. De se notar, por relevante, que no momento da abertura o e-mail fornecido à JUCESP fora o karenbarbosa@brasilbrooks.com.br (que a atrela à Brasil Brooks, de titularidade do Sr. Carlos Roberto dos Santos Sousa).

36. A Brasil Brooks Solutions Empresarial (antiga Brasil Brooks Eventos e Promoções Eireli) tem como e-mail de contato o carlos@demarcchi.com.br.

37. A coincidência de termos uma pessoa jurídica cujo titular chamase Carlos (Carlos Roberto dos Santos Sousa) e e-mail de contato carlos@demarcchi.com.br, funcionando na mesma localidade em que reside o Sr. Carlos Roberto Demarcchi e já fora domiciliado o escritório, com titular “laranja”, Demarcchi Soluções Empresariais Eireli, é de chamar a atenção. Ademais, a Sr. Karen, que conforme informações de compra de mercadorias convive com o Sr. Carlos Roberto dos Santos Sousa, é titular de pessoa jurídica que também carrega Demarcchi em seu nome de fantasia, o que levantou fortes suspeitas de estarmos diante de uma única pessoa (Carlos Roberto), com dois nomes e CPFs distintos.

38. As suspeitas firmaram-se mais robustas quando, ao inserirmos no dia 20/05/2021 o contato de celular do Sr. Carlos Roberto dos Santos Sousa, constante da base de dados da RFB, no aplicativo de mensagens Whatsapp, a seguinte imagem apareceu: (...)

Assim, de todo o exposto, conclui-se que **o real proprietário da Demarcchi Soluções Empresariais Eireli, CNPJ: 36.444.532/0001-91 é, na verdade, o Sr. Carlos Roberto dos Santos Sousa, CPF: 300.738.888- 00**, que utiliza em seu odioso intento fraudulento, o certificado digital de seu titular (interposta pessoa) Paulo Lima de Oliveira.

49. Dessarte, **o Sr. Carlos Roberto dos Santos Sousa, sendo o real procurador da pessoa jurídica ÓRBITA ELETRICIAS DE MONTAGEM DE PAINÉIS E AUTOMAÇÃO EIRELI**, deve responder solidariamente a ela e a seu titular, Francisco de Assis Júnior, pela plenitude do crédito tributário aqui constituído, a teor do que reza o art. 135, II, do CTN.”

A responsabilidade atribuída ao Sr. Carlos se dá em razão de ter sido considerado o responsável que transmitiu as DCOMPs. Foi desse fato que decorreu infração à lei devidamente comprovados (inserção de informações sabidamente inverídica em declarações de compensação). Não há no Recurso Voluntário prova de que (i) o Sr. Paulo (representante formal da Demarcchi) não era mera pessoa interposta, e (ii) de que o Sr. Carlos não tinha vínculo e gestão de fato da Demarcchi.

Por essas razões, não há como reformar a decisão de primeira instância. Assim, deve ser negado provimento também ao Recurso Voluntário do Sr. Carlos.

#### **IV – Da apelação extrajudicial interposta**

Deixo de conhecer a interpelação extrajudicial interposta, em razão da competência estrita deste Conselho em apenas conhecer matérias que são objeto de recursos administrativos tipificadamente previstos na legislação.

#### **V – Conclusão**

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO aos Recursos Voluntários.

(documento assinado digitalmente)

Maria Angélica Echer Ferreira Feijó